



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2025

(Do Sr. Cabo Gilberto Silva)

Requerimento de informação ao Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Sr. Wellington Dias, sobre reportagem que aponta a existência de um esquema de possível fraude envolvendo recursos da União destinados à ONGs ligadas ao Partido dos Trabalhadores (PT), em entrega de refeições.

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requer-se o encaminhado ao Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Sr. Wellington Dias, pedido de informações sobre os fatos relatados em recente reportagem que aponta a existência de um esquema de possível fraude envolvendo recursos da União destinados à contratação de organizações não governamentais (ONGs) ligadas ao Partido dos Trabalhadores (PT), em entrega de refeições previstas no contrato. Pedido de informação de acordo com as seguintes perguntas:

- 1 - Qual foi o critério adotado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome para a contratação da organização não-governamental mencionada na reportagem?
- 2 - A ONG contratada possui experiência comprovada na execução de programas de combate à fome ou na entrega de refeições? Caso positivo, apresentar os documentos que comprovem tal experiência.
- 3 - Qual foi a razão para a escolha de uma entidade vinculada a um ex-assessor do Partido dos Trabalhadores (PT) como destinatária de recursos públicos?
- 4 - Quais foram os critérios de fiscalização utilizados pelo Ministério para garantir a entrega das refeições previstas no contrato?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Cabo Gilberto Silva - PL/PB

Apresentação: 11/02/2025 16:33:09.250 - Mesa

RIC n.351/2025

5 - O Ministério tem conhecimento de que a referida ONG repassou verbas para outras entidades lideradas por auxiliares ou ex-auxiliares de parlamentares petistas? Caso positivo, quais providências foram tomadas?

6 - Quantas refeições foram efetivamente entregues pela ONG contratada e quais foram os comprovantes apresentados para atestar essas entregas?

7 - Quais medidas foram adotadas pelo Ministério para garantir que os recursos públicos sejam aplicados de maneira eficiente e transparente?

8 - Houve alguma auditoria ou fiscalização prévia para verificar a idoneidade da ONG contratada antes da celebração do contrato?

9 - O Ministério pretende abrir uma investigação interna para apurar as denúncias apresentadas? Caso positivo, quais os prazos previstos?

10 - Quais são as ações planejadas pelo Ministério para evitar que situações semelhantes ocorram no futuro?

JUSTIFICAÇÃO

A transparência e a correta aplicação dos recursos públicos são pilares fundamentais de uma gestão pública eficiente e responsável. Segundo informações amplamente divulgadas na mídia, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social contratou uma organização não governamental (ONG) liderada por um ex-assessor do Partido dos Trabalhadores (PT) pelo montante de R\$ 5,6 milhões. Essa ONG, por sua vez, teria repassado verbas para outras entidades geridas por atuais e ex-auxiliares de parlamentares do PT, sem a entrega das refeições previstas, configurando possível má gestão e desvio de recursos da União.

O esquema, apelidado de “Quentinha Invisível”, traz à tona questões graves sobre o cumprimento da legislação vigente, incluindo a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) e outras normas que regulamentam a gestão de recursos públicos. A ausência de transparência, a falta de entregas pactuadas e o suposto favorecimento a aliados políticos são indícios de que os princípios da moralidade e da eficiência administrativa podem ter sido violados.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Cabo Gilberto Silva - PL/PB

Tais denúncias são extremamente preocupantes, pois colocam em xeque a credibilidade de programas sociais destinados à população mais vulnerável e comprometem a confiança da sociedade na gestão dos recursos públicos. Ademais, o combate à fome é uma das maiores prioridades nacionais, e desvios ou irregularidades na execução dessas políticas são inaceitáveis.

Diante disso, este Requerimento de Informação busca esclarecer os fatos relatados e obter informações detalhadas sobre os contratos firmados, os critérios de seleção das ONGs envolvidas, os pagamentos realizados e as medidas adotadas pelo Ministério para prevenir e corrigir irregularidades.

A atuação fiscalizatória da Câmara dos Deputados é essencial para garantir que os responsáveis por quaisquer desvios de conduta sejam identificados e responsabilizados, assegurando a correta aplicação dos recursos e o respeito aos princípios constitucionais que regem a administração pública.

Sala de Sessões, em de de 2025

Cabo Gilberto Silva

Deputado Federal

PL/PB

Apresentação: 11/02/2025 16:33:09.250 - Mesa

RIC n.351/2025



* C D 2 5 8 1 3 1 1 8 3 7 0 0 *